

**ECONOMIA SOLIDARIA: UM ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA
AGROPECUÁRIA GLOBAL DE BREJO GRANDE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES.***

*ECONOMIC SOLIDARITY: A CASE STUDY ON THE GLOBAL AGRICULTURAL
COOPERATIVE OF BREJO GRANDE, LOCATED IN THE CAMPOS DOS GOYTACAZES
MUNICIPALITY.*

PURL: <http://purl.oclc.org/r.ml/v6n2/a4>

Lucas Dantas de Alcântara[†]

 <http://orcid.org/0000-0003-4008-036X>

Cristiano Souza Marins[‡]

 <https://orcid.org/0000-0001-5061-3778>

Rodrigo Resende Ramos[§]

 <https://orcid.org/0000-0002-8423-4925>

Joselane da Silva Anastácio^{**}

 <https://orcid.org/0000-0001-7259-3480>

Álvaro Gonçalves de Barros^{††}

 <https://orcid.org/0000-0002-2536-8018>

Resumo: O início do século XXI trouxe novas reflexões sobre o trabalho como elemento de inserção social e cidadania. A Revolução Industrial redefine as relações de trabalho instaurando um sistema capitalista de produção que consequente levou à precarização do trabalho. Empreendimentos de cunho coletivo, remunerados ou não, com objetivo de manter empregos ou criar novos, começaram então a ser pensados e implementados dentro de uma proposta diferente do chamado cooperativismo. Abrangendo diversos setores produtivos e envolvendo as mais diversas categorias de trabalhadores, o que esses empreendimentos apresentavam em comum era a estruturação do embrião do que hoje se conhece como economia solidária. Neste trabalho pretende-se analisar os desafios, dificuldades e possíveis benefícios da economia solidária enquanto campo de práticas econômicas que compreendem a noção de responsabilidade social e ambiental, justiça e equidade, por meio de um estudo de caso da Cooperativa Agropecuária de Brejo Grande, no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. **Palavras-chave:** Economia solidária. Empreendimentos Solidários. Cooperativa agropecuária global de Brejo Grande.

* Artigo recebido em: 21 de março de 2020. Aceito em: 27 de maio de 2020

[†] Bacharel em Ciências econômicas pela Universidade Federal Fluminense e pós graduado em gestão de negócios pela Fundação Getúlio Vargas. E-mail: lucasdantas.a@hotmail.com

[‡] Professor Adjunto do curso de Ciências Econômicas e Administração Pública (semi-presencial) da Universidade Federal Fluminense. Autor correspondente. E-mail: cristianosouzamarins@yahoo.com.br

[§] Professor Adjunto do curso de Ciências Econômicas e Administração Pública (semi-presencial) da Universidade Federal Fluminense. E-mail: 39310@ufp.edu.pt

^{**} Graduada em Letras pela Universidade Estácio de Sá e Normal Superior pela Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: joselane8@gmail.com

^{††} Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Instrutor IT Essentials e CCNA da Cisco Academy. Responsável pela Cisco Academy do IFRJ Campus Arraial do Cabo e da UENF. E-mail: alvarogbarros@gmail.com

Abstract: The 21st century brought new reflections regarding the function of work as an element of social insertion and citizenship. The Industrial Revolution redefined labor relations by establishing a capitalist system of production that consequently deteriorated worker's rights. Within this context, emerged a wave of collective entrepreneurship endeavors with the intention of maintaining jobs and creating new ones. These endeavors differed from the traditional cooperatives as these embraced several productive sectors and included the most diverse categories of workers. Thus, these endeavors can be seen as a manifestation of what we now refer to as Economic Solidarity. In this work, we intend to analyze the challenges and the potential benefits of Economic Solidarity as a field of economic practice that includes the notion of social and environmental responsibility, justice and equity, through a case study of the Cooperativa Agropecuária de Brejo Grande, located in the municipality of Campos dos Goytacazes in the state of Rio de Janeiro, Brazil.

Key words: Solidarity Economy. Solidarity economics organizations. Global agricultural cooperative of Brejo Grande.

1. Introdução

Os traços que caracterizam a economia mundial contemporânea resultam de processos de transformação complexos unificados sob o conceito geral de globalização, com início à época da Revolução Industrial, na Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX. É também nesse período que se verifica a origem da economia solidária, em um contexto de introdução das máquinas a vapor e conseqüente substituição da força de trabalho humano, levando à reestruturação das relações de produção e à consolidação do capitalismo como modo de produção dominante (RANGEL; MONOLESCU, 2012). De acordo com Hobsbawn (2003), ainda hoje no século XXI, a Revolução Industrial marca a transformação mais radical no modo de vida humana já registrada em documentos escritos.

O capitalismo industrial, como aponta Souza (1999), tem como característica a adoção crescente de inovações tecnológicas que dispensam mão de obra. Além disso, promove o fechamento de setores produtivos, a diminuição no uso da força de trabalho, a quebra de fronteiras globais, o desemprego estrutural, o crescimento de relações trabalhistas atípicas frente ao assalariamento e a informalidade.

Segundo Lima *et.al.* (2011), impulsionadas pela internacionalização da produção e dos mercados, além da chamada revolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC's), as transformações das sociedades capitalistas durante esse período geraram mudanças nos processos produtivos e nas relações de trabalho, visando à diminuição de custos e aumento da produtividade. Mesmo este processo não fez com que o trabalho perdesse sua centralidade na vida social enquanto atividade que garante a subsistência. Mas a sua diversificação a partir dos novos processos produtivos e do questionamento sobre os direitos do trabalhador e sua qualidade de vida, colocavam em xeque, lutas coletivas e identidades sociais que marcaram as relações capital-trabalho por mais de um século.

Neste contexto, uma série de empreendimentos de cunho coletivo, sendo estes remunerados ou não, com o objetivo de manter empregos ou criar, foram pensados e implementados dentro de uma proposta diferente do chamado cooperativismo tradicional de mercado que se consolidou no século XX. Abrangendo diversos setores produtivos, desde a produção familiar até a indústria de transformação, e envolvendo as mais diversas categorias de trabalhadores, o que esses empreendimentos apresentavam em comum era a estruturação desse novo viés econômico que hoje se conhece como economia solidária (SINGER, 2000; CORAGGIO, 2000). Articulando um conjunto de experiências diversas e mesmo díspares, mas marcadas pelo caráter coletivo e participativo de suas propostas. A partir do exposto, neste trabalho pretende-se analisar a economia solidária como um campo de práticas econômicas que compreendem a noção de responsabilidade social e ambiental, justiça e equidade (VERONESE, 2009). Nesta pesquisa, para melhor entendimento, se definirá a economia solidária como

[...] o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, finanças e consumo – organizadas de forma autogestionária, ou seja, no âmbito das quais não há distinção de classe: todos os que nela atuam são seus proprietários e todos os que são proprietários nelas trabalham. (SINGER; KRUPPA 2004, p. 92).

Portanto, cabe questionar quais são os ganhos vindos da cooperação entre os trabalhadores e outros detentores de meios de produção? Quais vantagens o pequeno produtor individual adquire ao se unir a uma cooperativa? Para responder a tais questionamentos, o objetivo geral deste estudo foi analisar os benefícios da economia solidária para o pequeno produtor quando ligado a uma cooperativa, no caso, a Cooperativa Agropecuária Global de Brejo Grande, em Campos dos Goytacazes - RJ. Além disso, com base no referencial teórico, descreveu-se também o processo histórico da economia solidária no Brasil, seu surgimento e crescimento, bem como a evolução da sua aceitação como desenvolvimento de bem-estar social. Por fim, para entender em qual contexto o objeto apresentado se insere, verificou-se o panorama da economia solidária em Campos dos Goytacazes e como ela tem se articulado para o desenvolvimento econômico e social das famílias que participam da Cooperativa Agropecuária Global de Brejo Grande.

De modo a atingir aos objetivos propostos, a abordagem metodológica adotada nesta pesquisa se baseou na utilização de referências bibliográficas, que incluíram tanto livros e artigos acadêmicos, como também pesquisas realizadas via internet, no intuito de ter um maior embasamento teórico sobre o assunto abordado. Como experimento empírico, realizou-se um estudo de caso da Cooperativa Agropecuária Global de Brejo Grande localizada no município

de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, elaborou-se um questionário com base na revisão de literatura, e o mesmo foi aplicado aos membros da cooperativa com o intuito de levantar informações que respondessem aos objetivos propostos, tal como mostrar a importância da economia solidária no núcleo de uma cooperativa. Portanto, a metodologia aplicada caracteriza-se como quali-quantitativa e este artigo é resultado deste estudo. A pesquisa se divide em duas etapas. A primeira seria o projeto de pesquisa, que se caracteriza de forma qualitativa, garantindo a base que possibilita a realização da segunda parte, quali-quantitativa, que contou com a coleta e análise de dados, e enfim a elaboração da escrita dos resultados. Em um segundo momento foi realizado um estudo de caso por meio da aplicação de um questionário elaborado pelo autor com base no formulário utilizado pelo SIES no mapeamento dos empreendimentos de economia solidária realizado entre 2009-2013, produzido pela Secretaria Nacional de economia solidária, por meio do Departamento de Estudos e Divulgação – DED, foi possível esmiuçar uma experiência concreta de economia solidária. Os integrantes da Cooperativa Agropecuária Global de Brejo Grande (COBREG), no município de Campos dos Goytacazes responderam às perguntas que são evidenciadas e que podem ser verificadas no apêndice.

A partir das respostas foi possível saber sobre o que é na prática uma cooperativa, seus históricos e antecedentes, qual a sua inserção política na sociedade, bem como organização interna, atuação no mercado e desafios de democracia dentro do empreendimento. Assim, se pode verificar se as hipóteses de melhorias trazidas pela proposta de estruturação de um empreendimento de economia solidária são realmente concretas dentro dessa iniciativa, em particular, no município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Ou seja, houve aumento e facilidade de escoamento da produção? E acessibilidade ao mercado? O questionário foi aplicado de forma coletiva, com um grupo de 13 participantes da cooperativa (o que representa 45% dos integrantes), entre diferentes atividades. Diante das perguntas apresentadas foi estabelecida uma discussão onde se pode ir além do que estava sendo proposto no formulário, detalhando de forma interessante a rotina e a estrutura da cooperativa em questão. Inicialmente, havia sido planejado que o questionário seria aplicado de forma individual, e auto aplicado, ou seja, os integrantes responderiam de forma particular o formulário proposto, sem nenhum auxílio externo. Entretanto, ao longo do desenvolvimento da metodologia, notou-se que seria mais produtivo se o pesquisador aplicasse esse mesmo questionário por meio de uma entrevista em grupo, ou seja, gerando um debate coletivo diante de cada questão, que enfim era relatada pelo próprio pesquisador. Assim, a organização da aplicação do questionário ocorreu por meio de um diálogo assimétrico face a face, em que uma parte foi fonte de informação (a

Cooperativa) e a outra buscou coletar dados (o pesquisador). As vantagens desse tipo estrutura estão entre não forçar o enquadramento da resposta em questões pré-estabelecidas, fazer referência direta ao que as pessoas sabem (fatos) e ao que pensam, esperam, sentem ou preferem. Outros pontos positivos são que não exige que pesquisado saiba ler e escrever, além de que se mostra mais flexível, capta expressão corporal, tom de voz, e possibilita esclarecer questões, o que permite maior profundidade na obtenção de dados e garante maior obtenção de respostas.

2. A economia solidária em Campos Dos Goytacazes

A Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social, desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Emprego apresenta a economia solidária de maneira bem ilustrativa. Pense em um jeito de produzir, de vender, de consumir produtos, de oferecer e receber crédito, onde as pessoas não são movidas pela ganância, mas pelo desejo de que não haja ninguém excluído, de que todos possam viver bem. Agora pense em uma outra economia, onde em vez de individualismo, há união; em vez de competição, há cooperação; em vez de indiferença, há solidariedade; onde, no lugar da devastação do ambiente, há o cuidado com a natureza; e no lugar do autoritarismo de chefes ou patrões, há democracia com todos decidindo juntos e compartilhando igualmente o que se ganha ou se perde. Esta é a imagem que se projeta da economia solidária, que vem crescendo rapidamente em nosso país e traz a promessa de um futuro mais justo e feliz para as novas gerações (BRASIL, 2007, p.2). Segundo a Secretaria de Trabalho e Renda do estado do Rio de Janeiro [2015], a economia solidária vem se apresentando como alternativa de geração de trabalho e renda e a favor da inclusão social no estado.

Em 2013 o então governador do estado, Sérgio Cabral Filho, assinou o Decreto que regulamenta o Conselho Estadual de economia solidária (CEES). O conselho, que foi instituído a partir da Lei 5.315/08, regulamentada pelo Decreto 44.402/13, é composto por gestores públicos, representantes da Sociedade Civil organizada por meio de empreendimentos econômicos solidários, e entidades de apoio e fomento. Entre as atribuições do conselho, por exemplo, está a criação de um banco de dados e a criação dos critérios para o financiamento de projetos e programas de economia solidária. Segundo o mapeamento realizado pela SENAES em 2009-2013, são encontrados no estado do Rio de Janeiro 301 empreendimentos de economia solidária, sendo 34 urbanos (11,3%), 236 (78,4%) rurais e 31 (10,3%) urbanos e rurais. Os dados apresentados vão de encontro aos resultados nacionais (primazia dos EES em áreas urbanas), já que no estado os empreendimentos são mais facilmente encontrados na zona rural.

Um ponto a se destacar no mapeamento do estado é a questão da informalidade, que aparece como meio de organização predominante, representando mais da metade do total de empreendimentos (206), sendo estes seguidos por associações (75), cooperativas (18) e sociedade mercantil (2). Entre estas, dominam as atividades de produção ou produção e comercialização (200). Assim como os dados nacionais, as principais motivações para a criação dos empreendimentos foi gerar uma fonte complementar de renda e a alternativa ao desemprego. Os desafios também são semelhantes, entretanto, a viabilização econômica (222), seguida por geração de renda adequada aos sócios (220) ocupam, devido à sua pouca diferença, praticamente o mesmo lugar nas preocupações dos empreendedores solidários do estado do Rio de Janeiro.

Segundo relatório de síntese do comportamento do mercado de trabalho formal no Brasil (2016a), referente a fevereiro de 2016, divulgado pela SETRAB com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho. No respectivo mês o estado do Rio de Janeiro ficou na última posição no ranking nacional (27º) de desocupação com a perda de -22.287 postos de empregos formais, sendo que no mesmo mês o Brasil registrou saldo total de -104.582 postos. No estado nos últimos 12 meses verificou-se diminuição de 4,69% no nível de emprego ou -181.372 postos de trabalho (BRASIL, 2016a).

Referente ao município de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, segundo dados divulgados no Portal G1 (2014), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caracteriza a cidade pelo segundo maior PIB industrial do Brasil, posição adquirida principalmente devido ao aumento tanto na produção de petróleo, como nas cotações de produtos derivados dele nos últimos anos. Entretanto, o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades. Apesar do expressivo volume de recursos financeiros injetados, os empregos e renda gerados pela atividade petrolífera não estão alterando qualitativamente o quadro de desigualdades, tanto sociais quanto espaciais (CRUZ, 2005, p. 51).

No município notam-se elementos de uma economia periférica, convivendo com elementos de uma economia dinâmica, ou seja, o petróleo funciona como uma espécie de monocultura, proporcionando grande arrecadação de recursos financeiros, mas ao mesmo tempo, idealiza a visão de que recursos advindos dos royalties serão duradouros, o que dificulta a discussão e a criação de outras formas de desenvolvimento econômico, prejudicando a camada da população que é desfavorecida economicamente. Conforme a plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a partir de dados do PNUD, IPEA e a Fundação João Pinheiro (FJP), a cidade de Campos dos Goytacazes tem em 2019, de acordo com estimativa

do IBGE, 507.548 habitantes, sendo a taxa de desocupação entre a população economicamente ativa de 19% em 2019. Segundo o IBGE, em 2017 a taxa de ocupação era de apenas 19,6%. Cabe salientar que devido a crise proporcionada pela pandemia do COVID-19 a taxa de desocupação é muito maior. Além disso, uma crise envolvendo os produtos petróleo no início do ano, fez com que o preço do barril de petróleo tivesse uma queda substancial e diminuindo a arrecadação do município com os royalties. Gerando um quadro de difícil reversão a curto prazo no período pós-pandemia. Havendo a necessidade o estado promover a inclusão social e econômica dessas pessoas que estão sem emprego e renda.

Segundo Stellet e Borba (2008)

Existe uma falta de originalidade e eficácia dos cursos de qualificação profissional gratuitos e uma ausência de outras atividades que proporcionem geração de trabalho e renda. Portanto, há uma inserção no mundo do trabalho subalternizada, pois se afirma a tutela, ou seja, mantém os usuários dependentes da assistência e conseqüentemente (sic) do poder público. Há uma demanda por outras atividades geradoras de trabalho e renda (...). Dessa forma, torna-se mister uma maior diversificação e democratização no que tange às políticas de desenvolvimento econômico. (STELLET; BORBA, 2008, p.12).

Verifica-se, desta forma, que a proposta da economia solidária torna-se necessária para a geração de trabalho e renda por meio da criação de unidades de produção, de cooperativas, empresas autogestionárias ou co-gestionárias na cidade. E reforça-se a ideia de que a economia solidária deve possuir uma forte relação com os espaços locais considerando as dinâmicas históricas, culturais, econômicas e sociais de cada região.

O segundo mapeamento de EES realizado pelo SENAES, mostra que no município existem três empreendimentos de economia solidária, todos na área rural e urbana. Entre eles, dois são voltados para produção ou produção e comercialização, e um para prestação de serviço ou trabalho a terceiros. Como motivações para a criação de um EES estão: alternativa ao desemprego, fonte complementar de renda, desenvolvimento de atividade onde todos são donos e motivação social, filantrópica ou religiosa. Todos os empreendimentos disseram ter como conquista a autogestão e o exercício da democracia. Entre as iniciativas que vem concretizar as ações da causa na região estão a Rede de Gestores Regionais, que é formada por prefeituras do Norte e Noroeste Fluminense e tem como objetivo a discussão de políticas públicas e de apoio e fomento à economia solidária, e o Fórum de economia solidária, que desde 2010 vem sendo articulador das ações coletivas no município. Além de Campos dos Goytacazes outras 14 cidades do Norte e Noroeste Fluminense são membros do fórum.

Também, com proposição da vereadora Auxiliadora Freitas, em 2004 se inseriu na Lei Orgânica Municipal (LOM) um capítulo especial para este tema. Os artigos 170 e 171 tratam de estabelecer princípios e diretrizes para a política pública de desenvolvimento local sustentável, como se descreve a seguir.

3. Pesquisa de Campo

No dia 14 de julho de 2016, o autor da presente pesquisa se reuniu com 13 membros da Cooperativa Agropecuária Global de Brejo Grande (COBREG), com intuito de conhecer e levantar dados sobre o funcionamento da mesma.

A COBREG foi fundada a partir de conversas informais em reuniões entre produtores rurais da localidade de Brejo Grande, na cidade de Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro, em quatro de junho de 2015, porém já funcionava desde março do mesmo ano, e é a primeira e única cooperativa existente na região. É composta por 28 cooperados (28 propriedades rurais), sendo 19 homens e nove mulheres, que atuam na área agropecuária, abrangendo a produção de laticínios, carnes, legumes, verduras e frutas. Seu faturamento anual é de 20 mil reais, em média.

Segundo os produtores, hoje cooperados, no início a proposta de fazer do empreendimento uma cooperativa não teve grande aderência por parte das famílias locais, pois muitos achavam inviável a sua criação e acreditavam que o esforço não valeria a pena, tanto em termos econômicos como em sustentabilidade do negócio. No entanto, alguns produtores resolveram levar o projeto adiante, possibilitando o início da cooperativa, e assim, quando os benefícios começaram a surgir, mais pessoas começaram a demonstrar interesse e aderiram ao movimento.

Atualmente a cooperativa funciona na localidade que carrega no nome, região de Brejo Grande, no distrito de Campos dos Goytacazes, em uma propriedade locada pelos cooperados (o aluguel é dividido entre todos os integrantes) onde ocorrem reuniões com os membros toda quinta-feira, às 19h30. Durante as reuniões, os cooperados trazem as questões referentes ao andamento e funcionamento da cooperativa e são atribuídas novas tarefas a cada membro visando à melhoria do processo de desenvolvimento e crescimento do empreendimento. Inicialmente, a cooperativa começou com pequeno alcance, vendendo para amigos e conhecidos, mas com o passar do tempo o número de clientes aumentou e, conseqüentemente, o mesmo ocorreu com o número de pedidos. Enquanto se realizava o presente estudo, os principais consumidores dos produtos da COBREG eram os moradores de Campos dos Goytacazes em geral, assim, é possível afirmar que o empreendimento se expandiu e ganhou

abrangência atendendo à demanda do município, que, como já foi apresentado, tem mais de 460 mil habitantes.

A COBREG é um bom exemplo do que apresenta Pinheiro (2010), que foca em sua abordagem sobre a economia solidária e os mecanismos de resistência à globalização, entendendo que os mais eficazes são aqueles ligados às economias locais, o conjunto de iniciativas com foco nas sociabilidades locais de pequena escala e comunitários. A partir de uma iniciativa pequena, o empreendimento vem se expandindo, e agregando valor à iniciativa, sendo efetivamente um meio de produção/consumo que caminha na contramão das práticas de modelos clássicos e capitalistas. Ainda sobre sua estruturação, quanto à produção da cooperativa, cada integrante produz em sua propriedade e é responsável por disponibilizar produtos frescos para atender a demanda dos clientes semanalmente. Dentre os produtos ofertados estão: carnes de coelho, cabrito, carneiro e frango, ovos, laticínios (ricota, queijo e iogurte), batata doce, aipim, alface, couve, cebolinha, salsinha, coentro, alfavaca, manjericão e frutas, tais como laranja, limão, banana, acerola, caju e abacaxi. Desta forma, existe variação na oferta de produtos (exceto os principais). Em algumas semanas, por exemplo, existe a comercialização de sucos naturais ou produtos diferenciados.

A cooperativa trabalha com varejo e a comercialização é feita via encomenda direta dos clientes, moradores de diversas áreas da cidade, de segunda a sexta-feira, por meio de pedidos por telefone ou via internet. Um dos cooperados possui um veículo para a distribuição da produção, contando com 20% do dinheiro das vendas para suprir gastos com o automóvel. O valor dos produtos é atualizado semanalmente. Mas como se trata de uma cooperativa nova que ainda não tem estrutura para escoar toda a produção, os membros também vendem seus produtos individualmente. Neste ponto já se ressalta um benefício trazido pela transformação do empreendimento em uma cooperativa. Normalmente, esse transporte teria um custo, pagamento de alguma empresa terceirizada, por exemplo, ou contratação de um profissional específico. Na cooperativa, esse transporte é um dos serviços bancados pela produção dos próprios cooperados, ou seja, não gera gastos como serviço prestado à cooperativa, pois é algo que vem para uso do cooperado e que é realizado por ele próprio.

A questão da melhoria no processo de entrega dos produtos é uma das principais pautas dentro da cooperativa. A COBREG está em processo de análise de financiamento para a compra de um ônibus, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A ideia é transformar esse ônibus em um hortifrúti móvel, não só para o transporte dos pedidos para entrega aos clientes, mas como venda direta na rua. Foi decidido em reunião que, se conseguirem adquirir o ônibus, os cooperados ficariam responsáveis por levar o que produzem

para a sede da cooperativa, diminuindo os custos com combustível e acelerando as entregas, já que sem esse recurso os produtos são buscados nas propriedades e só depois encaminhados para o domicílio dos clientes. Os 20% das vendas, que atualmente é destinado ao cooperado que faz o transporte das mercadorias, com a adesão do ônibus, seria destinado à cooperativa, para satisfazer as necessidades gerais dos produtores, pagar aluguel da sede, investir em outros projetos e gerar uma poupança. Mas enquanto o projeto do ônibus não se concretiza, a caminhonete que transporta os produtos está sendo reformada para que possa se adaptar a um volume maior de produtos. Existe também o projeto de transformar a sede (parte da propriedade) em um empório para venda local e a criação de uma estufa e uma loja de ração, que venderia a preço de custo para os cooperados, já que a loja seria feita com dinheiro da produção e com preço de mercado para outros compradores. Além disso, a cooperativa visa abrir canais de comercialização para mercados, venda em atacado. A cooperativa seria apenas um canal entre os produtores e o mercado, mas não sendo remunerada, pois o intuito é beneficiar o produtor.

Como maior dificuldade enfrentada pela cooperativa aparece a falta de água na região, sendo a água um bem essencial para o empreendimento realizado. Alguns cooperados não tem sua capacidade de produção em 100% devido a esse problema, se possuíssem um sistema de distribuição de água eficaz a realidade seria mais próxima da plenitude. Devido à escassez de água os produtores chegaram à conclusão que a melhor solução seria a construção de poços artesianos. Por meio da organização Rotary, clube de serviços à comunidade local e mundial sem fins lucrativos, filantrópico e social, a COBREG conseguiu garantir a construção de 16 poços. O primeiro, já concluído. A conquista alcançada pela cooperativa, não traz benefícios apenas para os cooperados, mas para a comunidade inteira, pois melhora a qualidade de vida de quem está em volta (grande parte familiares dos cooperados), ressaltando o espírito de colaboração e cooperação dos empreendimentos de economia solidária. Além da construção dos poços, o objetivo da cooperativa é conseguir, além da padronização das bombas utilizadas no fornecimento de água, também uma bomba reserva em posse da cooperativa. Segundo Leandro Teixeira Hebling, vice-presidente da COBREG, normalmente, sem essa colaboração, cada cooperado deveria ter uma bomba reserva, para caso a sua quebrasse. A cooperativa barateia esse custo, pois todos podem ter acesso à bomba reserva que fica na sede da cooperativa e não precisam ter duas. Além da bomba, a cooperativa tem objetivo de ter máquinas em comum, possibilitando o avanço igualitário da produção. Tanto o financiamento para a compra de um ônibus, como a construção dos poços, mesmo que uma delas seja uma iniciativa privada, mostram a necessidade do auxílio de políticas públicas efetivas quando se trata da economia

solidária. Com políticas públicas eficientes, a COBREG poderia vir a crescer, ampliar sua área de atuação, a qualidade de seus serviços e a qualidade de vida de seus cooperados. Além de que poderia inspirar mais iniciativas de economia solidária na região, nos mais diversos escopos.

Segundo Leandro, uma questão interessante na qual a cooperativa tem mostrado avanço é de “abrir a cabeça das pessoas” para novas oportunidades. Ele aponta que todos os membros estavam, antes da cooperativa, fechados a ideia de produção familiar tradicional. Como relatou, ao questionar um dos cooperados sobre “por que não plantar maracujá”, alegando que sua terra seria propícia para esse plantio, obteve como resposta, a princípio: “mas para quem eu vou vender?”. Ou seja, a cooperativa, que traz consigo uma organização estrutural que gera segurança de venda, o que incita os produtores a arriscar, a plantar novas variedades, a aumentar a produção.

Leandro é pós-graduado em ovinocultura de corte e agrologia bíblica, técnico em agropecuária e bacharel em teologia. Já fez 157 cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), todos registrados no Ministério da Agricultura. Já foi presidente de duas cooperativas em São Paulo. Em uma delas, era o responsável pela padronização da compra de ração e pastagem. Na segunda, presava pela melhoria da qualidade genética dos animais, atuando também com compra e venda.

Assim, após a análise, pode-se dizer que a COBREG é um bom exemplo de como o cooperativismo permite que indivíduos isolados, com menos condições de enfrentar o mercado, aumentem sua competitividade. Para os cooperados desse empreendimento solidário, a principal vantagem de uma cooperativa é a organização do trabalho, o que pode se justificar pelo que Gaiger (2004) apresenta a respeito da prática da gestão partilhada, o autor afirma que ela inibe as tentações de reintroduzir a divisão social do trabalho e de adotar práticas não igualitárias, eleva o grau de comprometimento dos indivíduos e potencializa maior zelo, cuidado e atenção dos indivíduos de forma a evitar desperdícios e otimizar o processo produtivo, reduzindo porosidades e incrementando ganhos em eficiência. A prática do trabalho partilhado converte a divisão técnica do trabalho em assunto de gestão, avaliação e decisões conscientes, propiciando que a criatividade dos trabalhadores experimente novos arranjos, potencialize competências e confira ao trabalho um sentido positivo e estimulante (GAIGER, 2004).

Tendo em vista a entrevista com os membros e as respostas do questionário, foi possível notar que ao se tornarem uma cooperativa muitos benefícios foram alcançados, tais como: aumento da produção, facilidade de escoamento de seus produtos, garantia de venda da produção, maior receita e conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida. Desse modo, o

maior objetivo da cooperativa apresentado durante a realização desta pesquisa é o de fazer com que mais produtores se tornem cooperados, podendo usufruir dos benefícios gerados.

4. Considerações Finais

Através do estudo da COBREG percebe-se que o forte enraizamento local da economia solidária favorece que esta possa se apoiar no que está à sua mão, seja trabalho, saberes populares, energias morais, recursos políticos e institucionais, no exemplo utilizado na pesquisa, o setor agropecuário. Nota-se também que, contrariando a ideia de que o espaço econômico esteja tomado completamente pelo capitalismo global, as empresas solidárias tendem a ocupar nichos de mercado, parcialmente protegidos da grande concorrência, e a estabelecerem práticas de troca favorecidas pelos laços de confiança conquistados junto aos seus clientes.

Cabe admitir que a adesão dos trabalhadores às práticas de cooperação e reciprocidade não se mantém só porque os mesmos se veem motivados moralmente a fazê-lo, mas primordialmente por verificarem, por eles próprios, que desse modo satisfazem mais plenamente os seus interesses (bem como da sua comunidade), que obviamente não necessitam ser apenas utilitários, embora em certa medida não possam deixar de sê-lo. Reside nesse ponto a importância decisiva de demonstrar a superioridade da forma social de produção solidária, diante de outras alternativas oferecidas ao trabalhador.

Na COBREG ressaltam-se pontos como a escassez de água, falta de automóveis adequados, bem como a dificuldade em haver verba que possibilite a ampliação e a melhoria da qualidade do serviço prestado/produto comercializado. Problemas que estão sendo parcialmente solucionados por meio de políticas públicas e/ou iniciativa privada. Mas ainda é possível apontar que a falta de conhecimento sobre os empreendimentos de economia solidária também tem freado o crescimento da cooperativa, já que ao redor da mesma existem outros produtores que poderiam ser cooperados, mas ainda tem receio quanto ao tipo de atividade realizada e sua sustentabilidade. O mesmo motivo causou, inicialmente, a não aderência de muitos produtores à criação da COBREG. A experiência da economia solidária não conseguiu ainda impactar de maneira mais geral sobre a cultura política individualista e competitiva. De maneira mais geral, seus foram insuficientes para que ela passasse a ser reconhecida pelas camadas populares, trabalhadores e suas organizações como uma alternativa efetiva de enfrentamento da atual conjuntura econômica.

5. Referências

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de economia solidária. **Economia solidária, outra economia acontece**: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. 36 p. Disponível em http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impreso3_cartilha_32pg_web.pdf. Acesso em 07 de julho de 2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA. OBSERVATÓRIO DE EMPREGO E RENDA. **Cadastro geral de empregados e desempregados CAGED** – lei 4.923/65. Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal Brasil – fev. 2016. 2016^a. 18 p.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. Observatório de Emprego e Renda. **Cadastro geral de empregados e desempregados CAGED** – lei 4.923/65. Síntese do comportamento do mercado de trabalho formal Rio de Janeiro, fev. 2016. 2016^b. 7 p.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. *In*: KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA, B (orgs). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 91-131.

CRUZ, J. L. V. Os desafios na região brasileira do petróleo. *In*: Senac. (org.). Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Senac, 2005. p. 49-104. Boletim Técnico

GAIGER, Luiz (org.) **Sentidos e experiências de economia solidária**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HOBBSAWN E. J. **Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Editora: Forense Universitaria, 2003.

LIMA, J. C. *et al.* Empreendimentos urbanos de economia solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social? **Revista Sociologia & Antropologia**, v.1., n. 2, p. 119 – 146, 2011.

MIGUEL, P. A. C. Estudo de caso na administração: estruturação e recomendações para sua condução. **Produção**, v. 17, n. 1, p.216-229, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v17n1/14.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PINHEIRO, L. I. F. **Políticas públicas de apoio à economia solidária como alternativa para o desenvolvimento local no Brasil**. Observatório Ibero-americano del Desarrollo Local y la Economía Social. Grupo EUMED.NET, Universidade de Málaga, ano 4, n.8, jun. 2010.

QUAINO, L. **2º maior PIB industrial do país, Campos, RJ, “importa” trabalhadores**. Portal G1. 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/2-maior-pib-industrial-do-pais-campos-rj-importa-trabalhadores.html>. Acesso em: 15 jul. de 2016

RANGEL, R. R; MANOLESCU, F. M. K. Economia solidária pela perspectiva histórico-teórica. Educação, Gestão e Sociedade. **Revista da Faculdade Eça de Queirós**, v. 2, n. 8, dez. 2012. Disponível em: www.faceq.edu.br/regs. Acesso em: 1 jul. 2016.

SENAES. **Atlas de economia solidária no Brasil 2013**. Brasília: MTE, SENAES, 2013.

SILVA, M.S.D. *et al.* **A economia solidária e a UFRR: um olhar nos empreendimentos solidários em Roraima.** Disponível em: http://ufrr.br/itcpes/images/pdf/Um_olhar_nos_empreendimentos_solidarios_em_Roraima.pdf. Acesso em: 5 jul 2016.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição *In*: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (orgs). **A economia solidária no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2000, p. 11-28.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STELLET, G. V. A.; BORBA, R. C. Campos dos Goytacazes: cidade dos contrastes – um estudo da paradoxal realidade socioeconômica do município fluminense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2008, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: 2008.

VERONESE. Subjetividade, trabalho e economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, mar. 2009, p. 153-167

APÊNDICE

Questionário aplicado aos integrantes da COBREG

QUESTIONÁRIO

Forma de organização/classificação da atividade econômica solidaria

Nome da Cooperativa

Data

Endereço

CNPJ

Ano de início

Situação atual

Área de atuação

Número de participantes: Homens x Mulheres

Os cooperados são todos agricultores familiares?

A cooperativa participa de alguma rede de produção, consumo, crédito ou comercialização?

Como se comercializa a produção da cooperativa?

Como funciona a organização da cooperativa (reuniões...)?

Quais atividades são feitas de forma coletiva pelos participantes (produção, comercialização, uso de áreas comuns, consumo)?

Qual a principal atividade econômica realizada pela cooperativa (comercialização, troca de produtos, consumo coletivo)?

Qual a origem dos produtos comercializados?

Quantos tipos de produtos são produzidos, coletivamente, pela cooperativa?

Quais são os principais?

Qual a quantidade total de produção?

A produção é só para comercialização ou também para consumo?

Para quem é feita a comercialização dos produtos da cooperativa (feira livre, feiras de economia solidaria, vendas coletivas, entregas diretas, mercado municipal)?

A venda/troca se realiza principalmente no comercio municipal?

Existem dificuldades da comercialização dos produtos? Quais são (Existem clientes disponíveis? A regularidade do fornecimento é difícil? Existe concorrência? A estrutura para comercialização é inadequada – espaço, transporte, equipamentos? Custo de transporte? Escoamento da produção?)?

Existe controle de faturamento? Como funciona?

Existe gasto com insumo e/ou matéria prima?

A cooperativa tem equipamentos próprios? Área comum?

Como funciona a remuneração dos participantes da cooperativa?

Os participantes dedicam sua força de trabalho apenas para cooperativa?

A remuneração é igual para todas?

Existe hierarquia em relação ao retorno na cooperativa? Todos dividem lucro?

Houve alguma origem de recursos para iniciar a cooperativa (Houve algum investimento, de qual tipo?)?

Houve busca por credito ou financiamento? Para que?

A cooperativa teve acesso a algum tipo de assessoria? Se sim, de quem?

As atividades e seus resultados tem permitido o que (pagar cooperados, reinvestir)? Houve excedentes?

A cooperativa participa de movimentos sociais populares (alguma luta social)?

A cooperativa desenvolve alguma ação social ou comunitária?

O que motivou a criação da cooperativa (alternativa ao desemprego, obtenção de maiores ganhos em um empreendimento cooperativo, fonte complementar de renda, desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos, motivação social/filantrópica, desenvolvimento comunitário/familiar, produção/comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos)?

Quais são as conquistas obtidas pela cooperativa?

Quais principais desafios da cooperativa?

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SENAES para o ano de 2009 a 2013.